



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO PENAL



CERTIDÃO -2014

MARIA CARMEN DE LIMA MARTINS PINTO, SECRETÁRIA JUDICIÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR DESIGNAÇÃO LEGAL ETC...

CERTIFICA, pela faculdade que lhe é conferida por lei, e o requerimento por escrito do(a) **SR.(a) FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTE NOGUEIRA**, brasileiro(a), nascido(a) aos **29/05/1958**, natural de **FORTALEZA-CE**, filho de **FERNANDO COSTA NOGUEIRA E LEONOR CAVALCANTE NOGUEIRA**, inscrito na identidade de nº **98005002657 SSPDS-CE (2ºvia)** e **CPF nº 111.278.803-49**, que mediante pesquisa realizada junto aos sistemas processuais **SPROC/SAJ, FORAM CONSTATADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS CRIMINAIS NESTA EGRÉGIA CORTE EM DESFAVOR DO REQUERENTE ACIMA MENCIONADO, DE ACORDO COM OS TERMOS DO §1º, INCISO I, DO ART. 8º DA RESOLUÇÃO Nº 121 DO CNJ¹, DE 05 DE OUTUBRO DE 2010.**

PROCESSO NUMERO	AÇÃO	ULTIMA MOVIMENTAÇÃO
0004878-72.2013.8.06.0000	Petição (Não Transitado em Julgado)	Fluxo Digital do Gabinete -Acervo Descarte. 22/04/2014
0011780-12.2011.8.06.0000	Penal – Inquérito Policial(Não Transitado em Julgado)	Remetido em Diligência a Delegacia. 27/02/2013

O referido é verdade. Dou fé. Dada e passada no Departamento Judiciário Penal da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, aos 03 (três) dias do mês de julho do ano de 2014 (dois mil e quatorze). Eu, Diego Rocha Nunes, mat. N.º 801948, realizei a pesquisa e digitei a presente. Conforme, Lilia Maria Santos Bezerra, Lilia Maria Santos Bezerra – Diretora de Departamento Judiciário Penal.

VISTO Maria Carmem de Lima Martins Pinto Secretária Judiciária.

“VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.”

“O PRAZO DE VALIDADE DESTA CERTIDÃO É DE 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSÃO.”

A presente Certidão não contém emendas nem rasuras.

1 - Art. 8. A certidão judicial, cível ou criminal, será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada.

§1º. A certidão judicial criminal também será negativa:

I – quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condena-